

A EDUCAÇÃO FEMININA: DIÁLOGO ENTRE CHRISTINE DE PIZAN, MARY WOLLSTONECRAFT E JANE AUSTEN

Maria do Carmo Balbino Galeno¹

Resumo: Christine de Pizan foi uma mulher intelectual na Idade Média, uma exceção, se considerarmos que a educação era um campo dos homens para os homens. Sua obra *A Cidade das Damas* (1405) traz a utopia da construção de uma cidade na qual as mulheres estariam livres da misoginia dos homens. Observamos que, para construir a cidade, a autora é auxiliada por três damas alegóricas, sendo a Razão a primeira delas. No final do século XVIII, Mary Wollstonecraft publica *A Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), demonstrando que a mulher, assim como o homem, é dotada de razão e por isso tem o direito a ter educação de qualidade. No início do século XIX, Jane Austen publica *Orgulho e preconceito* (1813), romance cuja protagonista é um ícone de razão e inteligência. Isso posto, o presente artigo busca identificar a razão nos escritos das três autoras que reivindicam para seu sexo a nobreza de pensar e decidir por si mesmas, como sujeito racional, em um mundo patriarcal que as considerava objeto do desejo masculino. Nos auxiliam nesse diálogo as teóricas Virginia Woolf, Simone de Beauvoir, Gerda Lerner, Silvia Federici, Sandra Vasconcelos, Luciana Calado Deplagne, Lucimara Leite, dentre outras.

Palavras-chave: Educação; Razão; Christine de Pizan; Mary Wollstonecraft; Jane Austen.

FEMALE EDUCATION: DIALOGUES AMONG CHRISTINE DE PIZAN, MARY WOLLSTONECRAFT AND JANE AUSTEN

Abstract: Christine de Pizan was an intellectual woman in the Middle Ages, an exception if we consider that education was a field of men for men. Her work *The City of Ladies* (1405) presents the utopia of building a city in which women would be free from men's misogyny. We observe that to build the city, the author is helped by three allegorical ladies, Reason being the first of them. At the end of the 18th century, Mary Wollstonecraft published *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), demonstrating that women, like men, are endowed with reason and therefore have the right to quality education. At the beginning of the 19th century, Jane Austen published *Pride and Prejudice* (1813), a novel whose protagonist is an icon of reason and intelligence. That said, this article seeks to identify the reason in the writings of the three authors who claim for their sex the nobility of thinking and deciding for themselves as rational subjects in a patriarchal world that considered them objects of male desire. The theorists

¹ Doutoranda em Estudos Literários do PPGL/UFGA. E-mail: imcbgaleno@hotmail.com

Virginia Woolf, Simone de Beauvoir, Gerda Lerner, Silvia Federici, Sandra Vasconcelos, Luciana Calado Deplagne, Lucimara Leite, among others, help us in this dialogue.

Keywords: Education; Reason; Christine de Pizan; Mary Wollstonecraft; Jane Austen.

Introdução

É notório, na atualidade, o crescente número de estudos voltados para os escritos produzidos por mulheres, bem como os estudos feitos pelas próprias mulheres, algo distante da realidade tempos atrás, pois, como afirma Virginia Woolf (1882-1941) em sua famosa obra *Um teto todo seu*, publicado em 1929, a mulher: “permeia a poesia de capa a capa; [...]. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer garoto cujos pais lhe enfiassem um anel no dedo” (Woolf, 2014, p. 66). Relendo esse clássico, a crítica brasileira Luiza Lobo questiona: “Por que os homens sempre escreveram versos e obras épicas e as mulheres se restringiram a preparar seu almoço na cozinha?” (Lobo, 2007, p. 23).

A resposta está na educação diferenciada entre homens e mulheres por muito tempo na história, salvo raríssimas exceções, como é o caso de Christine de Pizan (1364-1431), uma mulher forte, escritora publicada, que, na Idade Média, soube questionar de forma racional e desafiadora os motivos da misoginia praticada pelos homens. Essa escritora medieval, segundo a pesquisadora Lucimara Leite:

Foi uma escritora-mulher que ousou afirmar, no início do século XV, que a origem da desigualdade entre homens e mulheres é de fundo social, devido ao fato de as mulheres terem tido seu acesso à educação negado e possuírem apenas experiências domésticas. Para ela, esse não acesso à educação e a falta de exercício na esfera pública é que determinavam a exclusão da mulher da sociedade (Leite, 2015, p. 13).

A obra *A cidade das Damas* (1405), de Pizan, foi primeiramente traduzida para o português do Brasil na importante tese de doutorado intitulada *A Cidade das Damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan* (2006)². Nesse estudo pioneiro, a pesquisadora Luciana Eleonora Calado afirma que Pizan “introduz um tema novo no século XV: a importância de um espaço próprio para

² Importante destacar que esse é o primeiro estudo no país a traduzir *A Cidade das Damas*, de Christine de Pizan, para o português brasileiro.

abrigar o processo da escrita, 'o quarto só seu' de que nos fala Virginia Woolf, cinco séculos mais tarde" (Calado, 2006, p. 12). A tradutora da obra preconiza: "Que essa tradução, ora apresentada, possa ser uma das pedras levantadas para a construção de um urgente resgate e difusão dos escritos femininos" (Calado, 2006, p. 112).

Em *A Cidade das Damas* (1405), Pizan demonstra, através de diálogos com as três damas alegóricas (Razão, Retidão e Justiça³), que a mulher foi, assim como o homem, criada pelas mãos divinas, dotada de razão da mesma forma que o homem e, se ela é menosprezada, isso é obra dos homens maléficos, não do Criador que as formou à sua imagem, pois segundo o texto bíblico de Gênesis 1, 27: "Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou" (Bíblia, 1996, p. 32). Sendo uma mulher, filha e questionadora de seu tempo, Pizan volta seu olhar e atenção para as escrituras sagradas a fim de defender a mulher dos ataques do homem. Em suas palavras: "Perguntava-me quais poderiam ser as causas e motivos que levavam tantos homens, clérigos e outros a maldizer as mulheres e a condenar suas condutas em palavras, tratados e escritos" (Pizan, 2012, p. 58). Pizan relembra o pecado de Eva, ao que a dama Razão lhe afirma a superioridade de Maria, mãe de Jesus: "a humanidade não teria se unido à divindade se não fosse o pecado de Eva [...], pois quanto maior tenha sido o rebaixamento da natureza humana por uma criatura, mais alta foi sua elevação por outra criatura" (Pizan, 2012, p. 83). Dessa forma Pizan escreve sobre a grandeza do ser mulher, pois, se por uma mulher entrou o pecado, foi também por uma mulher que a graça divina entrou no mundo.

Como então explicar que os homens se fixem somente no mal e não observem a graça? Pizan começa seus questionamentos pela via religiosa e depois adentra na questão da razão para mostrar que a mulher não é de forma alguma intelectualmente inferior ao homem como se pregava; ela também possui a faculdade de pensar, raciocinar e decidir por si mesma e isso afasta dela toda possibilidade de objetificação por parte do homem. Em *Mulheres intelectuais da Idade Média* (2019), os pesquisadores Marcos Costa e Rafael Costa afirmam que Christine de Pizan "acreditava que nesse processo de construção de um mundo melhor, pela via da razão, não só os homens, mas também as mulheres estavam aptas a contribuir" (Costa; Costa, 2019, p. 256). Mas uma pergunta se faz necessária: se a mulher pode raciocinar da mesma maneira que o homem, o que houve que até duzentos anos atrás quase não havia mulheres letradas e a maioria da produção intelectual, como indica Woolf, foi produzida por homens?

O filósofo britânico John Stuart Mill (1806-1873), em *A sujeição das mulheres*, publicada em 1869, aponta que: "Se nenhuma mulher até agora foi uma grande

³ O número três torna-se curioso por trazer rapidamente à mente do leitor alguns exemplos como: 1) as três Moiras, da mitologia grega, responsáveis por traçar o destino dos deuses e dos homens; 2) as três Graças, também da mitologia grega, jovens associadas à natureza, fertilidade e alegria; 3) as três Bruxas que trazem profecias em *Macbeth*, de Shakespeare.

historiadora, qual foi a mulher que teve erudição necessária para ser?” (Mill, 2017, p. 319). Stuart Mill (2017), afirma ainda que a desigualdade na educação entre meninos e meninas foi a responsável pela infantilização das moças, a fim de deixá-las em permanente estado de inferioridade. Em *Um teto todo seu* (1929), Woolf denuncia o sistema patriarcal e desigual que se reproduz na educação porque, enquanto as doações para as instituições masculinas são enormes, permitindo aos homens educação de qualidade, uma profissão e independência financeira, às mulheres não era oferecido o mínimo para a sua formação. O poder financeiro da Inglaterra era dos homens porque desde muito tempo “a Inglaterra está sob as regras de um patriarcado” (Woolf, 2014, p. 52); assim Woolf questiona:

O que nossas mães ficaram fazendo que não tiveram riqueza nenhuma para nos deixar? Retocando a maquiagem? Olhando vitrines? [...] (ela teve treze filhos com um ministro da Igreja) [...], se ela tivesse montado um negócio próprio; se tivesse se tornado uma fabricante de seda artificial ou uma magnata na bolsa de valores; se tivesse deixado duzentas ou trezentas mil libras para Fernham, nós poderíamos estar sentadas à vontade nesta noite, e o assunto da nossa conversa poderia ter sido arqueologia, botânica, antropologia, física, a natureza do átomo, matemática, astronomia, relatividade, geografia (Woolf, 2014, p. 35).

Cinco séculos separam Mill e Woolf de Pizan e a chaga da misoginia ainda se fazia presente na sociedade ocidental. Contudo, no século XIX, a Europa vive em clima de reivindicação e o filósofo escreve evidenciando esse empreendimento feminino em meio à constante falta de liberdade; seus biógrafos afirmam que sua companheira, Harriet Taylor Mill (1807-1858), teve grande importância nessas reflexões. Stuart Mill descreve o que era ser mulher naquela época e classe social quando reflete:

Pense no que é ser um menino, crescer e chegar a ser um homem na crença de que sem nenhum mérito ou empenho próprios, mesmo que seja o mais frívolo ou o mais vazio ou o mais ignorante e apático ser da humanidade, pelo simples fato de ter nascido homem ele é por direito superior a cada e qualquer pessoa de toda uma metade da raça humana: inclusive, provavelmente, algumas cuja real superioridade sobre ele tem a oportunidade de constatar diariamente (Mill, 2017, p. 333).

Stuart Mill reflete sobre a injustiça da sociedade que permite aos meninos se sentirem superiores às meninas e, mesmo que elas apresentem maior inteligência ou habilidade que eles, serão sempre consideradas inferiores. Mill ao discorrer sobre o peso da sujeição feminina afirma que:

Desde que se concedeu às mulheres que expressassem seus sentimentos em seus escritos (único modo de publicidade que a sociedade lhes permite), um crescente número delas tem registrado protestos contra sua atual condição social [...]. A reivindicação das mulheres por uma educação tão sólida, e nos mesmos ramos do conhecimento, quanto a dos homens é feita com intensidade crescente, e com grande perspectiva de sucesso; enquanto o pleito por sua admissão em profissões e ocupações até agora fechadas para elas torna-se a cada ano mais urgente (Mill, 2017, pp. 241-242).

Dessa forma, as mulheres, vendo na escrita um espaço de reivindicação, se fizeram presentes e escreveram, algumas de forma clara e incisiva, como Mary Wollstonecraft (1759-1797)⁴. Outras de forma irônica e sutil, como Jane Austen (1775-1817). Lendo o texto reivindicatório da primeira e os romances da segunda, é possível observar certas convergências. Não se tem provas se Austen leu a *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), de Wollstonecraft, entretanto, sua literatura está em consonância com algumas reivindicações por direitos femininos feitos por sua contemporânea e contemporânea, como o casamento por amor, não como contrato financeiro entre famílias, bem como a educação de qualidade para as meninas. Em *Emma* (1816), há um trecho no qual a voz narrativa cita diretamente os termos “direitos dos homens e das mulheres” de forma um tanto irônica para referir-se à “uma violação infame” desses direitos, que, naquele contexto, trata-se de comer e beber à vontade em um baile:

A sra. Weston propôs que não servissem ceia, dispondo apenas sanduíches etc. na salinha; mas isso foi rejeitado como uma sugestão infeliz. Dar um baile privado e não permitir que os convidados se sentassem para cear foi declarado uma violação infame dos direitos dos homens e das mulheres; e a sra. Weston, proibida de voltar a mencioná-lo (Austen, 2020, p. 350).

⁴ Escritora e filósofa britânica, casada com William Godwin e mãe de Mary Wollstonecraft Godwin, futura Mary Shelley, escritora de *Frankenstein ou O Prometeu Moderno* (1818).

Dessa forma, a voz narrativa volta a atenção para o que é supérfluo, mas que tanto agrada a quem segue os padrões daquela sociedade patriarcal. Podemos inferir que a escritora, possivelmente conhecendo a *Reivindicação*, de Wollstonecraft, representa ficcionalmente como aquela sociedade está mais preocupada com seu luxo, polidez nos modos e prazer material do que propriamente com aquilo que vale reivindicar: a educação das mulheres, criadas sem liberdade, como afirma a filósofa italiana Silvia Federici em *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017): “modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal – passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” (Federici, 2017, p. 205). Ainda no romance *Emma*, Jane Austen critica as escolas de meninas e moças:

A sra. Goddard era dona de uma escola – não de um liceu, ou de um ginásio, ou de uma dessas instituições que afirmam, em longas frases cheias de tolices refinadas, combinar uma série de talentos com uma moral elegante usando novos princípios e novos sistemas, e onde mocinhas, mediante somas enormes, podem perder a saúde e ganhar vaidades –, um internato verdadeiro, honesto e tradicional, para onde meninas podiam ser enviadas a fim de que não atrapalhassem a família e obtivessem alguma educação, sem o risco de se tornarem prodígios (Austen, 2020, p. 92).

Observa-se que, tanto faz uma menina ir para um liceu, um ginásio, uma escola ou internato tradicional, em todos eles ela será deformada intelectualmente, porque tais instituições não são capazes de fornecer uma educação de qualidade no mesmo nível dos meninos. É exatamente essa a crítica presente na *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. Por outro lado, não basta igualar a educação entre rapazes e moças. O direito de se ter um trabalho e um salário digno também está na crítica de Austen quando a bem-educada Jane Fairfax ironiza o tipo de remuneração que a sociedade tem para uma mulher com a boa formação como ela teve, com a filha do coronel Campbell, amigo de seu falecido pai. Ao conversar com a Sra. Elton, esposa do reverendo de Highbury, sobre as possibilidades de trabalho, Jane Fairfax tenta convencê-la de que não deseja trabalhar na casa do rico Sr. Suckling, então lhe diz:

“Há lugares na cidade, escritórios, onde uma busca logo trará algum resultado. Escritório para a venda – não exatamente de carne humana,

mas de intelecto humano”. “Ah! Minha querida, carne humana! Você me perturba bastante; se sua intenção é atacar o tráfico de escravos, asseguro-lhe que o sr. Suckling sempre foi bastante favorável à abolição.”

“Eu não quis dizer isso, não estava pensando no tráfico de escravos”, respondeu Jane. “Referia-me apenas ao tráfico de preceptoras, garanto-lhe; certamente, uma coisa é muito diferente da outra quando a questão é a culpa de quem realiza; mas, quando é a infelicidade das vítimas, aí eu não sei onde ela é maior. Mas quis apenas dizer que existem escritórios que publicam anúncios e que, utilizando-os, eu sem dúvida muito em breve encontrarei algo” (Austen, 2020, p. 403).

Nesse romance, Jane Austen denuncia a chaga do império inglês ao insinuar o trabalho escravo. É uma crítica sutil na voz da personagem Jane Fairfax, contudo, perturba uma senhora que se acha importante naquela sociedade de aparências; a denúncia, precisamente, parte de onde mais é sentido o peso da injustiça, parte da inteligente, porém desamparada Jane. Na sequência, o leitor se depara com a afirmação da personagem principal Emma Woodhouse, que percebendo que uma mulher tão inteligente como Jane Fairfax é tão injustiçada, diz com piedade: “Dessas mulheres quase se pode dizer: ‘o mundo não é delas e nem a lei do mundo’” (Austen, 2020, p. 516). A voz narrativa evidencia, portanto, que uma mulher naquele período tem muito pouca chance de ser independente. Mesmo que seja instruída e tenha como perspectiva de vida dar aulas para crianças em famílias abastadas, ela não será capaz de se manter com o seu salário; será sempre dependente, a não ser que encontre um marido que a tire dessa situação⁵.

Digno de nota também é um trecho no romance *Persuasão* no qual a autora, de maneira clara, denuncia o predomínio da escrita nas mãos dos homens. Observemos o diálogo entre a protagonista Anne Eliot e o capitão Harville, que diz:

– Mas deixe-me observar que toda a História está contra você, todos os relatos, em prosa e em verso. [...]. Canções e provérbios sempre falam de volubilidade feminina. Mas talvez me dirá que foram escritos por homens.

– Talvez o diga. Sim, sim, por favor, não faça referência a exemplos de livros. Os homens levaram todas as vantagens sobre nós ao contar sua própria história. A educação pertenceu-lhes em tão maior grau! A

⁵ Esse tema sobre preceptoras também podemos encontrar em romances vitorianos como *Jane Eyre* (1847) e *Agnes Grey* (1850), das irmãs Charlotte e Anne Brontë.

pena esteve em suas mãos. Não posso admitir que os livros provem alguma coisa (Austen, 2019, pp. 218-219).

A autora denuncia, na voz de Anne Eliot, a ausência da mulher no mundo das letras, denúncia que se mostra uníssona com Wollstonecraft, que afirma: “O mundo intelectual é fechado para elas” (Wollstonecraft, 2016, p. 93). É possível observar esse fato, em consonância com a historiadora Gerda Lerner (1920-2013) que aponta: “observar a História registrada como se fosse uma peça nos faz perceber que a história das atuações ao longo de milhares de anos foi registrada apenas por homens e contada com as palavras deles” (Lerner, 2019, p. 58). Luiza Lobo, primeira tradutora brasileira de *Persuasão*⁶, indica que as informações sobre a opressão da mulher pelo homem: “não poderiam deixar de nos levar àquilo que parece tão óbvio e universalmente debatido, mas nem sempre é aceito: o patriarcalismo” (Lobo, 2007, p. 26). Jane Austen escreve em um momento no qual a educação defendida por Rousseau – na qual a mulher seria mais inclinada para as questões emocionais enquanto o homem seria mais racional – havia sido questionada por Wollstonecraft. De acordo com o pesquisador Anderson Gomes (2011):

a escrita de Rousseau é paradoxal, pois, em uma obra de profunda reflexão progressista, ele advoga em favor de uma segregação a partir dos gêneros. Em *Emílio*, essa separação se funda na ideia de que para a existência de uma comunidade com moral e ética, é necessária uma relação perfeita: a mulher voltada para os aspectos domésticos e da sexualidade; e o homem voltado para a razão e para a intelectualidade (Gomes, 2011, p. 47).

Isso posto, é possível observar que o modelo de mulher passiva e recatada estava se diluindo com o exemplo da ativista política, abolicionista e feminista Olympe de Gouges (1748-1793), na França revolucionária que lutava por igualdade, liberdade e fraternidade entre os homens. Gouges exigiu que tais direitos se estendessem às mulheres e escreveu a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791). Não demorou para que ela fosse guilhotinada por sua afronta às leis patriarcais de seu país (BBC News, 2022). Entretanto, suas reivindicações tiveram adeptas, cada uma a seu modo, nas fileiras da luta feminista por direitos iguais entre homens e mulheres, utopia já defendida por Christine de Pizan em seus escritos medievais.

⁶ A primeira edição da obra em português brasileiro se deu no ano de 1971, pela editora Bruguera.

Orgulho & preconceito X Reivindicação dos Direitos da Mulher: convergências

Jane Austen viveu no mesmo lugar – Inglaterra –, e na mesma época – segunda metade do século XVIII –, que Mary Wollstonecraft, momento no qual o termo feminismo ainda não existia; o que havia eram escritos que hoje são considerados seminais na luta pela emancipação das mulheres, como *A Cidade das Damas*, de Christine de Pizan. Entretanto, as professoras pesquisadoras Sandra Vasconcelos e Genilda Azerêdo apontam características nos romances austenianos, publicados entre 1811 e 1818, com fortes protagonistas mulheres e críticas sarcásticas a certos tipos masculinos, nas quais percebe-se uma sutil cumplicidade com a *Reivindicação*. Vasconcelos, em *Uma escultura entalhada em marfim* (2021), comenta:

Quando Mary Wollstonecraft publicou seu *Reivindicação dos direitos da Mulher*, em 1792, Jane Austen tinha dezessete anos. Não há provas documentais de que teria lido essa que foi considerada uma das obras inaugurais da literatura feminista. No entanto, dificilmente Austen teria ficado alheia à repercussão das ideias sustentadas por Wollstonecraft em que vinham sendo discutidas melhorias na educação feminina e o lugar e status das mulheres na família. Neste manifesto, que examina a condição feminina na sociedade inglesa da época e se configura como uma vigorosa defesa da mulher como ser racional e autônomo, do seu direito à educação e à igualdade no casamento, encontramos algumas das marcas que caracterizam a voz narrativa dos romances de Austen (Vasconcelos, 2021, p. 439).

Genilda Azerêdo (2013), por sua vez, aponta a convergência da literatura austeniana com os escritos reivindicatórios wollstonecraftianos. Em suas palavras:

Com perspectivas diferentes – Wollstonecraft através do ensaio histórico, Austen através da ficção –, ambas as autoras exemplificam a possibilidade de resistência a uma ordem patriarcal injusta, e oferecem um registro relevante de questões concernentes à organização social e política da Inglaterra do século XVIII que, embora altamente desfavorável às mulheres, não se constitui totalmente monolítica ou intransitiva às suas tentativas de ruptura e subversão. Sem dúvida, a literatura de Jane Austen ilustra, de modo variado e múltiplo (sem o menor caráter panfletário), os modos de resistência às

limitações impostas, bem como as conquistas gradualmente e penosamente adquiridas pelas mulheres (Azerêdo, 2013, pp. 26-27).

O espaço de toda a literatura de Austen é a Inglaterra, e, ao mesmo tempo que a escritora exalta-a como lar querido – fato que fará com que até os soldados na I Guerra Mundial façam a leitura de seus romances, como informa Catherine Reef: “Para os soldados, os personagens de Austen representavam as pessoas e a nação que defendiam” (Reef, 2014, p. 213) – ela também critica seu país, com suas leis patriarcais, em que somente os homens são merecedores da herança paterna e a mulher, para não passar necessidades, deve se unir ao homem através do casamento que na maioria das vezes é arranjado e sem amor.

De acordo com Stuart Mill: “desde o mais remoto crepúsculo da sociedade humana, toda mulher (devido ao valor a ela atribuído pelo homem, combinado com sua inferioridade em força física) viu-se num estado de servidão a algum homem” (Mill, 2017, p. 230). Mill escreveu na Era Vitoriana, que sucedeu à Georgiana na qual Austen viveu. A Era Vitoriana teria muitos contrastes e, dentre eles, ao mesmo tempo em que as mulheres fortificavam suas reivindicações, consolidou-se a condição da mulher burguesa como “O Anjo do Lar”, representação presente no poema *The Angel in the House*, de Coventry Patmore (1823-1896), que contribuiria para afirmar esse ideal de mulher. Inserida naquela realidade, na qual a mulher era privada de todo e qualquer direito de estar em algum espaço de poder e mesmo não tendo fonte de renda própria, Jane Austen não se casou por conveniência, e resistiu dedicando-se à literatura. Segundo Paula Byrne (2018): “Austen simplesmente não sentia inveja das mulheres conhecidas que se casavam e eram esgotadas por marido e filhos. Ela deu à luz a seus romances” (Byrne, 2018, p. 230). Virginia Woolf então dirá que Jane Austen, assim como as demais escritoras mulheres anônimas na história, foi uma “Judith Shakespeare”, uma mulher de letras naquela sociedade patriarcal.

Em *Jane Austen: Her Life, Her Times, Her Novels* (2013), a britânica Janet Todd afirma que: “O contraste entre os meninos e as duas meninas Austen é gritante. Em 1792, a escritora feminista Mary Wollstonecraft defendeu a educação de forma igualitária e o ingresso em algumas profissões para meninas” (Todd, 2013, p. 09, tradução minha)⁷. Ao que parece, Jane Austen teve esperanças de alcançar remuneração por seu trabalho como escritora e acreditava em um futuro com independência financeira, assim como suas contemporâneas escritoras Ann Radcliffe, Frances Burney, Maria Edgeworth, dentre outras. Essas mulheres romperam com as regras patriarcais de sua época; de acordo com historiadora e professora Gerda

⁷ “The contrast between the boys and the two Austen girls is stark. In 1792 the feminist writer Mary Wollstonecraft pleaded for equal education and entry into some profession for girls.”

Lerner (2019), é no século XIX que a mulher sai da pré-história e entra na história, classificação temporal relacionada à escrita. Segundo Lerner:

Se o ato de registrar, definir e interpretar o passado marca a entrada do homem na história, isso ocorreu para os homens no terceiro milênio a.C. Para as mulheres (e ainda assim apenas para algumas), com notáveis exceções, ocorreu no século XIX. Até então, toda a História era Pré-História para as mulheres (Lerner, 2019, p. 277).

Gerda Lerner ao escrever ‘notáveis exceções’ permite-nos fazer memória das escritoras contemporâneas a Jane Austen e também às que viveram anteriormente, como a romancista Aphra Behn, no século XVII, e Christine de Pizan, no início do século XV. Contudo não foi fácil para essas mulheres escreverem suas ideias em um mundo masculino, pois Simone de Beauvoir (1908-1986) afirma que:

Na época em que o gênero humano se eleva até a redação escrita de suas mitologias e de suas leis, o patriarcado se acha definitivamente estabelecido: são os homens que compõem os códigos. É natural que deem à mulher uma situação subordinada (Beauvoir, 2009, p. 121).

Sobre a redação dos códigos religiosos e das leis políticas que dominaram a humanidade, o homem levou todas as vantagens. Contudo, segundo a professora e pesquisadora de culturas antigas Merlin Stone (2022), antes das religiões patriarcais e da dominação masculina, a mulher teve maior prestígio na vida das comunidades. A religião primitiva tinha como divindade suprema a Deusa Criadora de todas as coisas; porém essa é uma época situada antes da escrita e o que se tem de evidências são as estatuetas e outros artefatos que provam a existência de templos e cultos da Grande Mãe. Mesmo sem registros escritos desse período, Stone afirma que, na *Epopéia de Gilgamés*, uma das narrativas mais antigas, “Nos hinos sumérios, a mulher precede o homem. O épico de Gilgamés revela que a escriba oficial do paraíso sumério era mulher, e a invenção da escrita era atribuída a uma Deusa” (Stone, 2022, p. 66). Esse olhar antropológico se faz importante para se observar, com Virginia Woolf, o poder patriarcal nas sociedades, de maneira particular na Europa (França e Inglaterra, lugares em que se situam nossas três autoras); poder que vai desde as instâncias eclesiásticas, passando pelo poder político do rei e do parlamento e que se desdobra nas leis educacionais, por exemplo, em que a mulher é ensinada a ser uma

boa dona de casa, enquanto o homem é educado para ser o chefe da família e o detentor do poder financeiro.

Contudo, Leite (2015) afirma que “Na sociedade do medievo, a mulher podia trabalhar na agricultura, nos serviços domésticos, no comércio, sozinhas ou ao lado dos maridos” (Leite, 2015, p. 131). E Federici (2017) acrescenta que foi na passagem do Feudalismo para o Capitalismo que as mulheres burguesas perderam o direito de trabalhar de forma remunerada: “Aqueles que ousaram trabalhar fora do lar, em um espaço público e para o mercado, foram representadas como megeras sexualmente agressivas ou até ‘putas’ ou ‘bruxas’” (Federici, 2017, pp. 189-190). Dessa forma, com os cercamentos das terras, as mulheres burguesas passaram a ser valorizadas pelo cultivo das virtudes matrimoniais e domésticas. Silvia Federici afirma que, a um só tempo, o homem se apossou da terra e do corpo da mulher. Com esse passado de repressão política, eclesial e familiar, percebe-se a importância da afirmação de Gerda Lerner (2022), ao apontar as mulheres escritoras do século XIX como aquelas que romperam barreiras e subverteram as regras patriarcais. Segundo a historiadora: “Não é por acaso que a maioria dos grandes romancistas – Jane Austen, a família Brontë, George Elliot, George Sand [...] trabalham nesse período” (Lerner, 2022, p. 225).

Orgulho e preconceito, considerado o romance mais popular de Jane Austen, foi publicado na Inglaterra em 1813. Sua fama se deve a várias razões: desde o icônico personagem Sr. Fitzwilliam Darcy ao enredo instigante, com os diálogos espirituosos dos muitos tipos de personagens literários, que dão uma ideia ao leitor de como era a sociedade inglesa dos finais do século XVIII e início do XIX. Entretanto, uma personagem chave para todo o sucesso é a sua vivaz e inteligente protagonista Elizabeth Bennet. Segundo a professora Vivien Jones:

Embora cumpra seu papel em uma versão de um enredo romântico familiar, Elizabeth Bennet encarna um tipo muito diferente de feminilidade daquele da heroína romântica tipicamente passiva, vulnerável e infantilizada; sua astúcia e franqueza ao falar fazem dela a mais atraente das protagonistas de Jane Austen. Menos ingênua que Catherine Morland, mais vívida que Elinor Dashwood ou Fanny Price, não tão esnobe quanto Emma Woodhouse e mais jovem e segura que Ann Elliot, Elizabeth Bennet parece ligar-se mais diretamente à identidade ativa, visível e independente da feminilidade moderna (Jones, 2011, p. 11).

Jane Austen escreveu *Orgulho e preconceito* na idade de vinte e dois anos, mas só o viu publicado aos trinta e sete anos, quando morava em Chawton. Logo que recebeu um exemplar da obra, publicada em três volumes em janeiro de 1813,

escreveu à sua irmã Cassandra que se encontrava em Steventon: “Eu quero dizer a você que recebi meu filho querido, de Londres” (Austen, 2014, p. 210, tradução minha)⁸. A correspondência das duas irmãs Austen era frequente porque Cassandra sempre era requisitada por seus irmãos para cuidar de suas esposas quando estas davam à luz, desse modo ela passava temporadas em Godmersham Park, residência de Edward Knight, e também em Steventon, residência de James Austen, que assumiu as tarefas clericais de seu pai quando este se aposentou.

Em *Orgulho e preconceito*, Austen cria Elizabeth Bennet, protagonista fora dos padrões de submissão feminina da época, que tinha Pamela (1740), heroína do romance homônimo de Samuel Richardson, como modelo de obediência e virtude. Elizabeth é uma moça inteligente, e tem quatro irmãs: Jane, Mary, Catherine (Kitty) e Lydia. A mãe das jovens, a Sra. Bennet, pretende casar a todas antes que seu esposo, o Sr. Bennet, venha a falecer, a fim de que as moças não fiquem desamparadas. A família mora na propriedade de Longbourn, próxima a Netherfield, onde jovens abastados chegam para uma temporada. Os jovens logo são apresentados pelo pai das moças e então começa o entrelaçamento de histórias. Jane, a filha mais velha, se encanta por Bingley, amigo de Darcy, e é por ele correspondida. Darcy chama a atenção de Lizzy (Elizabeth), mas logo ele a repele por ela ser pobre e não tão bonita e encantadora quanto sua irmã. Com a continuação do enredo, o leitor vai percebendo que Darcy começa a se interessar por Elizabeth por seu jeito espontâneo, verdadeiro e sem afetações. Mas Elizabeth observa que ele é orgulhoso e arrogante.

Elizabeth Bennet, contra os bons modos e etiquetas, vai a pé visitar sua irmã a uma distância de cinco quilômetros que separam Longbourn de Netherfield Park, propriedade que estava alugada ao Sr. Bingley e onde se encontrava Jane, doente. Sua mãe logo chama sua atenção: “Como você pode ser tão tola [...] de pensar numa coisa dessas, com toda essa lama! Você não estaria nada apresentável ao chegar lá” (Austen, 2011, p. 136); mas, para a jovem Elizabeth, a questão da aparência não tinha importância. O que estava em questão era saber notícias da irmã, ao que ela responde à mãe: “Só preciso estar bem o bastante para ver Jane – que é tudo o que eu quero agora” (Austen, 2011, p. 136). Tal resposta demonstra alguém segura de si, alguém que não se importa tanto com a aparência, com aquilo que se espera de uma mulher. Ao chegar à casa dos vizinhos em busca de sua irmã, Elizabeth não se intimida em entrar suja e meio descabelada, por ter ido a pé, enfrentando o vento e a estrada enlameada devido à chuva. Assim que chegou ao seu destino,

sua aparição provocou um bocado de surpresa. – Que houvesse caminhado três milhas ainda tão cedo, naquele tempo ruim, e sozinha,

⁸ “I want to tell you that I have got my own darling Child from London.”

era algo quase incrível para a senhora Hurst e a senhorita Bingley; e Elizabeth se convenceu de que elas passaram a desprezá-la por isso (Austen, 2011, p. 137).

Mais tarde as duas irmãs Bingley, lembrando o fato, dirão a respeito de Elizabeth: “Parece revelar um tipo abominável e arrogante de independência” (Austen, 2011, p. 140). As duas ricas mulheres não compreendiam a liberdade de Elizabeth, pois foram educadas nos moldes patriarcais, nos quais a mulher frágil e delicada deveria sempre saber o seu lugar e se portar como era esperado, como denuncia Wollstonecraft em *Reivindicação dos Direitos da Mulher*: “Ensinadas desde a infância que a beleza é o cetro da mulher, a mente se adapta ao corpo e, vagando numa gaiola dourada, só procura adornar sua prisão” (Wollstonecraft, 2016, p. 68). Jane Austen parece compreender essa engrenagem social. Tanto ela, quanto sua irmã Cassandra, vestiam-se de forma que aparentassem ser mais velhas, o que dava a elas o direito de não parecerem moças desesperadas em busca de casamento, como aponta um depoimento de uma sobrinha: “Minhas duas tias não se vestiam muito bem e assumiram a aparência de meia-idade antes do necessário” (Reef, 2014, p. 114). Dessa forma, o que figurava ser descuido, pode ser uma recusa de se fazerem objeto para admiração dos homens. E pode-se inferir que, em Jane Austen, tanto na ficção quanto na realidade, percebe-se o desprezo por certas regras sociais.

Ao longo da narrativa, Elizabeth é, por três vezes, pedida em casamento. O primeiro pedido parte de seu primo, o Sr. Collins, que de acordo com a narradora: “não era um homem sensato, e tal deficiência natural, tampouco fora auxiliada pela educação ou pela sociedade” (Austen, 2011, p. 179). Esse personagem se acha no direito de pedir em casamento qualquer moça que ele quisesse e aponta seus motivos: “em primeiro lugar, que um clérigo em boa posição (como eu) deve dar o exemplo do casamento na paróquia. Em segundo, que estou convencido de que aumentará enormemente a minha felicidade” (Austen, 2011, p. 218). O Sr. Collins é um personagem bizarro e pedante, mas por ser homem, tem todos os direitos garantidos.

Virginia Woolf compara as mulheres a espelhos: “As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural” (Woolf, 2014, p. 54). É exatamente isso que Collins deseja de Elizabeth, mas ela se nega a cumprir esse papel, mesmo sendo ele o herdeiro da propriedade de Longbourn: “Na época de Jane Austen, era comum o filho mais velho herdar os bens dos pais, se a família não tivesse filhos, a propriedade passava para o parente do sexo masculino mais próximo” (Reef, 2014, pp. 32-33). Essa era a situação da protagonista, entretanto ela não se deixa afetar.

Não somente o Sr. Collins tem razões para querer se casar, a própria sociedade impõe tal prática como algo certo a ser feito; Lucimara Leite infere que: “A

consequência é a revalorização do casamento como instrumento de estabilidade social e regulamentação econômica, aparecendo primordialmente como uma necessidade política” (Leite, 2015, p. 66); e a família arranja o casamento sem ao menos consultar a filha; dessa forma, o Sr. Collins fala à Sra. Bennet sobre seu desejo de se casar com Jane, a filha mais velha, ao que a mãe informa que ela já está comprometida e isso logo se resolve com a insinuação de que ele pode escolher outra, e: “em quinze minutos de tête-à-tête com a senhora Bennet antes do desjejum [...]. O senhor Collins só precisou mudar de Jane para Elizabeth – e logo isso foi feito” (Austen, 2011, p. 180). Como mãe, a Sra. Bennet sabia que estaria sacrificando os sentimentos da filha, porém salvando-a de possíveis problemas financeiros. Essa era a lei da sobrevivência para a mulher no século XIX. Segundo Simone de Beauvoir:

Assim, para ambos os cônjuges, o casamento é a um tempo um encargo e um benefício, mas não há simetria nas situações; para as jovens, o casamento é o único meio de se integrarem na coletividade e, se ficam solteiras, tornam-se socialmente resíduos. Eis por que as mães sempre procuraram tão avidamente casá-las. Na burguesia do século XIX mal as consultavam. Eram oferecidas aos pretendentes eventuais em “entrevistas” combinadas de antemão (Beauvoir, 2009, pp. 549-550).

Beauvoir afirma que a mulher burguesa era educada para o casamento. E Wollstonecraft aponta que ela devia se embelezar para atrair o pretendente: “Confinadas, então, em gaiolas como raça emplumada, elas não têm nada a fazer, senão enfeitar-se e exibir-se [...] elas são providas com comida e roupa, sem que se esforcem nem fiem; mas a saúde, a liberdade e a virtude são dadas em troca” (Wollstonecraft, 2016, p. 81). Uma vez conseguido o casamento arranjado com um homem que a salva financeiramente, a filósofa aponta para os riscos que uma mulher tem: como perder a saúde e a liberdade. Observa-se que Wollstonecraft não era contra o matrimônio, ela mesma se casou com um homem a quem amava e admirava a fim de garantir, perante a Lei, um nome às suas filhas. Ela era contra e escreveu sua reivindicação denunciando a sociedade que não educava a mulher para a liberdade e nem lhe dava condições de escolher os rumos da própria vida.

Da mesma forma, percebe-se que as heroínas de Austen se casam com heróis que elas também escolhem. Elizabeth Bennet é sujeito de sua história, pois não se contenta com o que sua mãe e seu pretendente querem para ela, não se rebaixa à condição de objeto, impõe sua vontade e repele com firmeza o pedido de casamento: “Aceite o meu agradecimento pelo elogio que o senhor faz a mim. Entendo muito bem a honra da sua proposta, mas para mim é impossível fazer outra coisa senão declinar”

(Austen, 2011, p. 220). Mais adiante, com a insistência do pretendente, o discurso da heroína terá palavras mais firmes para não deixar nenhuma dúvida de sua recusa: “Todos os meus sentimentos dizem não. Como posso ser mais clara? Não me considere neste momento um exemplo de elegância feminina desejando enfeitiçá-lo, mas uma criatura racional falando a verdade de seu coração” (Austen, 2011, p. 222).

Ao criar uma heroína que se reconhece como uma criatura racional e que fala a verdade dos sentimentos, Jane Austen segue Mary Wollstonecraft, que pede: “Deixem que elas aprendam a se respeitar como criaturas racionais, [...]. Irrita-me ouvir um pregador dissertar sobre roupa ou trabalhos de agulha e ainda mais, ouvi-lo se referir às *belas inglesas*” (Wollstonecraft, 2016, p. 125). E ainda Christine de Pizan, que exigia, segundo Leite: “a valorização da mulher pela educação e aprendizagem, sua capacidade de emancipação enquanto ser humano” (Leite, 2015, p. 127). Dessa forma observa-se que as escritoras não se submeteram às normas vigentes e desafiaram a sociedade na qual a mulher era educada para ser submissa.

Em contrapartida, a narradora de *Orgulho e preconceito* também mostra a face do feminino passivo e objetificado naquela sociedade. Lizzy tem uma amiga e vizinha, Charlotte Lucas, que já está na idade de vinte e sete anos e sente que precisa se casar; é com ela que o Sr. Collins irá se casar quando Lizzy o rejeita. Em Charlotte, Austen mostra a realidade vivida pelas mulheres de sua classe social, que se casam por necessidade, não por amor: “Só quero um lar confortável; e, levando em conta o caráter, as relações e a posição do senhor Collins, estou convencida de que a minha chance de ser feliz com ele é muito boa, igual à da maioria das moças que se casam” (Austen, 2011, pp. 240-241).

Elizabeth Bennet rompe com essas convenções e se mostra uma criatura racional; ao dizer não ao Sr. Collins, ela demonstra independência e se coloca no mesmo nível do homem que segue sua razão e o seu desejo. Não só Elizabeth, suas irmãs mais jovens também não toleram regras, como por exemplo, as que trazem questões de religiosidade exagerada; por isso não se submetem às leituras de sermões religiosos, como se pode ver no excerto em que o Sr. Collins é convidado pelo Sr. Bennet a ler algo para as moças, ao que ele:

assentiu de pronto e buscou um livro; mas ao erguê-lo para ler (tudo indicava que pertencia a uma biblioteca circulante), refreou-se, e desculpando-se declarou que jamais lia romances. – Kitty encarou-o incrédula, e Lydia mostrou-se perplexa. – Outros livros foram abertos, e após alguma deliberação ele escolheu os *Sermões de Fordyce*. Lydia ficou boquiaberta ao vê-lo abrir o volume, e antes que ele, com monótona solenidade, lesse três páginas, ela o interrompeu (Austen, 2011, pp. 177-178).

Wollstonecraft critica Fordyce⁹ e seus *Sermões* para jovens mulheres:

O dr. Fordyce pode ter tido um objetivo muito louvável; contudo esses discursos são escritos em um estilo tão afetado que, [...] eu não deveria permitir que as meninas os lessem, a menos que tivesse em mente exterminar de sua constituição qualquer centelha de naturalidade, dissolvendo toda qualidade humana em mansidão feminina e graça artificial. Digo artificial porque a verdadeira graça surge de algum tipo de independência da mente (Wollstonecraft, 2016, p. 124).

No excerto de *Orgulho e preconceito*, observa-se que a romancista ironiza e ridiculariza os sermões de um clérigo, escrito para moças, algo que ainda era valorizado moralmente naquela sociedade. A voz narrativa informa que na mesma hora a jovem personagem Lydia fica boquiaberta e o interrompe logo em seguida, impedindo-o de começar a leitura dos sermões. Essa cena converge para o ensaio reivindicatório de Wollstonecraft que traz excertos dos *Sermões* de Fordyce e em seguida tece comentários críticos. De acordo com Fordyce: “homens de sensibilidade desejam em toda mulher feições suaves, voz melodiosa, formas não robustas e um comportamento delicado e gentil” (Fordyce, 1765 *apud* Wollstonecraft, 2016, p. 127). E Wollstonecraft rebate: “Não é o retrato que se segue o de uma escrava doméstica? [...]. Uma mulher assim tem de ser um anjo – ou um asno –, porque não distingo qualquer traço de caráter humano, de razão ou de paixão nessa serva doméstica” (Wollstonecraft, 2016, p. 127). Uma crítica severa de Wollstonecraft ao “Anjo do Lar” que, como já mencionado, se solidificaria na Era Vitoriana.

Há momentos na narrativa austeniana em que a mulher, com todos os seus atributos e prendas, é colocada em xeque por conta de sua artificial educação. Há um diálogo iniciado por Carolina Bingley e seguido pelo Sr. Darcy, que ilustra a ideia sobre dons e talentos que se espera encontrar em uma mulher; a narradora, para finalizar, coloca na voz de Elizabeth Bennet uma certa dúvida sobre a existência de tal dama:

“Nenhuma de nós pode ser considerada talentosa se não for muito além do que geralmente se vê por aí. Uma mulher deve ter um amplo conhecimento da música, do canto, do desenho e das línguas

⁹ James Fordyce (1720-1796) foi um clérigo presbiteriano escocês, poeta e autor de *Sermons to Young Women* (1765). Ver nota do editor da *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (2016, p. 123).

modernas para merecer tal qualificação; e além de tudo isso, deve possuir certo quê em seu comportamento, seu modo de andar, seu tom de voz, sua entonação e suas expressões, ou o adjetivo só valerá pela metade.”

“Deve possuir tudo isso”, acrescentou Darcy, “e a tudo isso deve acrescentar algo mais substancial, o aperfeiçoamento de suas qualidades intelectuais por meio de muita leitura.”

“Já não me surpreende que conheça apenas seis mulheres prendadas. Chego a duvidar que você conheça uma única” (Austen, 2011, p. 144).

A protagonista, ao duvidar da existência de uma mulher com tais características, sabe que a educação feminina da época se esmera para conseguir tal façanha, mas com esse diálogo a narradora denuncia essa educação que é opressora e domesticadora, cujo objetivo é preparar a mulher para ser uma fonte de prazer e diversão para o marido no espaço da casa, pois os dons e talentos de uma mulher não poderiam ser desenvolvidos em uma universidade da mesma forma que era permitido aos homens. Contudo, Elizabeth Bennet é uma personagem diferente, senhora de si e leitora assídua. Quando interpelada por Lady Catherine de Bourgh sobre a criação e educação dela e de suas irmãs, assim responde: “àquelas dentre nós que quiseram estudar nunca faltaram os meios. Sempre fomos estimuladas a ler, e tivemos todas as aulas necessárias” (Austen, 2011, p. 286). Ela enfrenta, com coragem, a todos que tentam tirar sua liberdade, ela sabe que precisa lutar para conseguir ter sua vontade respeitada. Elizabeth tem um espírito livre das regras e convenções sociais e isso fica claro quando ela não se importa muito com os códigos prescritos para as moças e isso faz Lady Catherine exclamar: “‘Juro por minha palavra’, disse a senhora, “‘você dá sua opinião muito categoricamente para uma pessoa tão jovem’” (Austen, 2011, p. 287).

Com sua peculiar liberdade, Elizabeth escapa do primeiro pedido de casamento. Mas em seguida a narrativa coloca-a em face de um novo pedido, dessa vez feito pelo rico e poderoso Sr. Darcy, cuja imagem não cai bem aos olhos e ouvidos da heroína que o considera orgulhoso e preconceituoso. Porém, ele a admira apesar de tudo e acredita que se pedir a mão da moça, logo será atendido, mas ela também o rejeita. Para Beauvoir: “O homem é ingênuo quando imagina que submeterá facilmente a mulher a suas vontades e a formará como quiser” (Beauvoir, 2009, p. 616). É o que ocorre com Darcy quando se declara a Elizabeth:

“Em vão tentei lutar contra isso. Mas de nada adiantou. Não posso reprimir meus sentimentos. Permita que eu lhe diga como são

ardentes o meu amor e a minha admiração por você” [...]. Ele falou bem, mas havia sentimentos alheios aos do coração, a serem detalhados, e ele não era tão eloquente no campo da ternura quanto no do orgulho (Austen, 2011, p. 313).

Antes de pedir Elizabeth em casamento, Darcy a despreza no primeiro baile em que participam. Então Elizabeth o evita e tenta se manter distante. Mesmo assim, ele começa a perceber nela uma postura diferente, uma postura de quem é livre e não costuma ser artificial para agradar. Darcy, acostumado que é em ser bajulado pelas demais pessoas à sua volta, vê na protagonista uma mulher sincera e verdadeira, então a pede em casamento, porém, suas maneiras são tão arrogantes que já haviam despertado anteriormente o desprezo dela que não se intimida e firme lhe responde: “Em casos assim, o costume estabelecido, creio, é expressar um agradecimento pelos sentimentos declarados, mesmo que não sejam recíprocos. Esse agradecimento é natural e, se sentisse gratidão, eu agora agradeceria” (Austen, 2011, p. 314).

Tanto o Sr. Collins quanto o Sr. Darcy tinham certeza que suas propostas de casamento seriam aceitas pela dama, porque, de acordo com Todd (2006): “os dois pretendentes compartilham uma crença autoconfiante no sucesso de suas ofertas – sintoma do domínio cultural concedido aos homens” (Todd, 2006, p. 71, tradução minha)¹⁰. Entretanto, a dama em questão mostra, de modo incisivo, que ela também pode escolher, que a mulher também é sujeito de desejo.

Essa postura de Elizabeth é perceptível desde o início do romance quando, conversando com suas irmãs e vizinhas sobre o baile da noite anterior, referindo-se ao Sr. Darcy, reprova-o em suas maneiras: “Eu poderia facilmente perdoar o orgulho dele, se não tivesse ofendido o meu” (Austen, 2011, p. 122). Elizabeth tem consciência do seu valor, ela é da mesma classe social que ele: “Ele é um cavalheiro; eu sou filha de um cavalheiro; até aí somos iguais” (Austen, 2011, p. 495); o Sr. Bennet, seu pai, é um senhor de terras, mas a renda não é tão alta quanto a do Sr. Darcy que também é cavalheiro e dono de terras, bem sucedido; mesmo assim, isso não lhe dá o direito de tratá-la com arrogância. A esse respeito, Genilda Azerêdo afirma:

Um pedido de casamento todo permeado por concessões: **apesar** da inferioridade social de Lizzy, **apesar** da vulgaridade de sua família, **apesar** de sua luta contra tal sentimento (seu amor por Lizzy) **apesar** de tudo isso, Darcy ainda quer unir-se a ela. Elizabeth sente-se tão

¹⁰ “the two suitors share a self-confident belief in the success of their offers – symptom of the cultural mastery accorded to men.”

insultada, que nem hesita em dizer-lhe não (Azerêdo, 2003, pp. 90-91, grifo da autora).

Toda essa tensão parece ser percebida por Lady de Bourgh, tia de Darcy. Essa senhora tem uma filha, de aparência doentia, que é prometida em casamento a seu primo. Por sua filha ser prometida a ele, Lady de Bourgh procura Elizabeth, esta demonstra à poderosa dama que sabe o que quer e não se deixa intimidar. Ela conversa de igual para igual com a nobre senhora: “Estou resolvida a agir do modo pelo qual, na minha opinião, possa constituir minha felicidade, sem relação com a senhora ou a qualquer outra pessoa inteiramente estranha a mim” (Austen, 2011, p. 496). Parece estranho Elizabeth dizer não a Darcy e ao mesmo tempo se revoltar com a postura da tia dele. Entretanto, a verdade é que ela também já estava enamorada do protagonista, esperava apenas algum sinal para que ele se redimisse pelo mal feito em separar sua irmã Jane Bennet de seu amigo Bingley, por saber que estavam apaixonados e por não querer que eles se casassem, por conta da família da moça. Elizabeth queria um sinal de que Darcy não fosse o orgulhoso e preconceituoso que as primeiras impressões tinham mostrado.

A partir desse momento, o Sr. Darcy irá refletir e mudar suas atitudes para conquistá-la. Ele deixa seu preconceito de lado e salva Lydia, a irmã Bennet mais jovem, quando esta foge com Wickham, pagando as contas deste e dando um dote a ela. Dessa forma Darcy livra não somente Lydia da desonra, mas todas as moças da família que seriam afetadas por tão grave ato. Elizabeth fica sabendo de tudo através da senhora Gardiner, sua tia, que lhe escreve explicando a bondade dele e insinuando que a motivação para esses atos de bondade é o amor que ele sente por ela. Dentro desse contexto no qual tudo se explica, um segundo pedido de casamento é feito pelo Sr. Darcy e a protagonista aceita-o, mostrando que sua vontade como mulher também importa nas relações afetivas. Dessa forma, Elizabeth Bennet também é sujeito desejante e não objeto do desejo masculino, como bem definiu Wollstonecraft: “quando as mulheres forem suficientemente instruídas para descobrir seu real interesse, elas estarão, em grande escala, verdadeiramente prontas para renunciar a todas as prerrogativas do amor, que não são mútuas” (Wollstonecraft, 2016, p. 136).

Em *A Cidade das Damas*, a dama Razão indica a Christine de Pizan que se os homens reconhecessem a grandeza das mulheres, ambos seriam beneficiados, porque elas são: “inteligentes, mais vivas e mais perspicazes do que uma multidão de homens, não é mesmo? E, se seus maridos as considerassem ou fossem sensatos como elas são, isto seria muito benéfico e proveitoso para eles” (Pizan, 2012, p. 96). Darcy tem o seu valor e reconhece que Elizabeth de maneira alguma fica em segundo plano, os dois são sujeitos racionais e desejantes. Possivelmente, nessa igualdade reside um dos motivos da contínua vitalidade desse clássico romance austeniano.

Dessa forma, o casal protagonista, passadas as primeiras impressões que, segundo Todd (2006): “em vez de amor à primeira vista, uma convenção da ficção sentimental e gótica [...] vem desprezo e ressentimento iniciais” (Todd, 2006, p. 61, tradução minha)¹¹, compreendem os fatos e tornam-se iguais em afeição. A heroína ama o herói e por ele é amada na mesma medida. A estudiosa Margaret Kirkham (1997) afirma que “Austen, cujo feminismo a imunizou completamente contra o Romantismo, tem pouco tempo para aqueles que são bons ou grandes [...]. Suas heroínas não adoram ou idolatram seus maridos, embora os respeitem e os amem” (Kirkham, 1997, p. 31, tradução minha)¹². Em Jane Austen, os personagens protagonistas masculinos reconhecem a igualdade das protagonistas femininas quanto à racionalidade e à vontade, dessa forma eles conseguem conquistá-las.

Sandra Vasconcelos (2007), afirma: “Fruto dos ideais iluministas, o romance surgiu na cena literária como expressão artística de um espírito democrático [...] o novo gênero não se limitou a refletir os valores de seu tempo, mas ajudou a criá-los” (Vasconcelos, 2007, p. 23). Jane Austen retratou e denunciou, em sua literatura, a sociedade patriarcal inglesa de seu tempo e Virginia Woolf (2014) aponta que os obstáculos sociais não abafaram o gênio da moça inglesa que deu vida à Judith Shakespeare. Mesmo não possuindo um teto somente seu e nem uma renda anual, Jane Austen escreveu romances com protagonistas fortes, como pudemos observar em Elizabeth Bennet, que não se deixou dominar e nem subjugar, pois reivindicou o lugar de sujeito racional fazendo eco aos primeiros escritos reivindicatórios de Christine de Pizan e Mary Wollstonecraft.

É possível inferir, após essas breves reflexões, que, ao longo de milênios, a mulher tem sido, por parte dos homens, menosprezada em sua capacidade intelectual e valorizada apenas por sua beleza física e capacidade reprodutiva. Contudo, vozes dissonantes se fizeram presentes na filosofia e na literatura contradizendo tais discursos misóginos milenares e elevando a voz feminina ao mesmo patamar da dignidade masculina, pois ambos são seres igualmente dotados de razão e vontade. Christine de Pizan, Mary Wollstonecraft e Jane Austen, de maneira decidida, firme e irônica, se fizeram presentes na escrita tanto filosófica quanto ficcional, lugar por muito tempo monopolizado pelos homens. Pizan, na Idade Média, retoma o discurso religioso e indica que, na Sagrada Escritura, o Criador fez homem e mulher à sua imagem e semelhança, portanto, não há motivo para ela ser inferior a ele. Wollstonecraft, no centro do Iluminismo, reivindica uma educação igualitária para meninos e meninas, pois ambos são dotados de intelecto. Por sua vez, Austen, nas

¹¹ “instead of love at first sight, a convention of sentimental and gothic fiction [...] comes initial contempt and resentment.”

¹² “Austen, whose feminism immunized her pretty thoroughly against Romanticism, has little time for those who are too good or great to make equal marriages. Her heroines do not adore or worship their husbands, though they respect and love them.”

trilhas do gênero romance que se consolidava como arte literária, indica e representa como o homem é muito mais humano e digno se, e somente se, enxergar a mulher como uma igual em direito, dever e dignidade. Portanto, as três corajosas autoras, mostrando que a razão/raciocínio não é atributo somente do homem, advogaram para seu sexo o direito à educação/instrução de forma igualitária e, em seus escritos, exigiram que a via do conhecimento lhes fosse aberta, pois somente através desse caminho elas estariam livres para pensar, escolher e existir plenamente.

Considerações finais

Jane Austen não estava sozinha na reivindicação pelos direitos da mulher no campo literário. Como escritora, ela deixou transparecer, em sua ficção, o que outras mulheres já haviam iniciado. Sobre suas predecessoras, Margaret Kirkham (1997) reforça que no século XVIII já havia uma certa essência da tradição feminista na qual a romancista estava inserida e foi a partir dessa tradição que a autora escreveu. Dito de outra forma, Austen vive no momento histórico da Revolução Francesa, em que as mulheres passam a exigir seus direitos da mesma forma que os homens. Como vimos, na Inglaterra conservadora não havia espaço para tal, mas ela soube, de maneira sutil e irônica, escrever sua literatura em consonância com Mary Wollstonecraft. Analisando as vozes de suas personagens femininas em seus romances, é possível inferir que ela não ficou imune a essa força reivindicatória iniciada por Christine de Pizan na Idade Média.

Virginia Woolf discorre, em seus ensaios sobre ficção, a respeito de Jane Austen como uma possível irmã shakespeareana, tendo em vista que sua conterrânea não se conformou em ser angelical e submissa: “Tudo o que ela escreve está bem-acabado e polido e posto na relação que mantém, não com o presbitério, mas com o mundo. Ela é impessoal; é imperscrutável” (Woolf, 2019, p. 35). Ao afirmar que Austen se relaciona não com o presbitério, pois era filha de um presbítero anglicano, mas com o mundo, Virginia Woolf aponta a liberdade de Jane Austen; liberdade que desde cedo foi alimentada pela instrução que recebeu de seu pai, assim como a própria Christine de Pizan. Foi a educação diferenciada que permitiu com que elas fossem mulheres de letras questionadoras de seu tempo e sociedade.

Dessa forma, é possível inferir que nessa postura reivindicatória reside um dos motivos da literatura de Jane Austen se manter viva e crescente, pois coloca a mulher como ser racional e desejante que se nega a ser objeto enfeitado para atender ao desejo masculino. Ao colocar suas personagens neste nível de compreensão de si e do mundo, a voz narrativa austeniana denuncia a falta de direito à educação feminina de qualidade, além de reivindicar para si o direito de se casar por amor, não

por conveniência, como demonstrado na presente análise de *Orgulho e preconceito* que converge para a *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, de Mary Wollstonecraft, que exigiu que a mulher fosse respeitada como um ser racional, reivindicação que já se fazia presente em *A Cidade das Damas*, na Idade Média, importantíssima obra da pioneira nas letras femininas, Christine de Pizan.

Referências

- AUSTEN, Jane. **Emma**. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2020.
- AUSTEN, Jane. **Persuasão**. Trad. Luiza Lobo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- AUSTEN, Jane. **Jane Austen's Letters**. Collected and Edited by Deirdre Le Faye. Fourth Edition. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- AUSTEN, Jane. **Orgulho e Preconceito**. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- AZERÊDO, Genilda. **Para celebrar Jane Austen: diálogos entre literatura e cinema**. Curitiba: Appris, 2013.
- AZERÊDO, Genilda. **Jane Austen, adaptação e ironia: uma introdução**. João Pessoa: ed. Manufatura, 2003.
- BBC NEWS BRASIL. Olympe de Gouges, a revolucionária francesa morta na guilhotina por defender direitos de todos. [S. l.], 23 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62210363>. Acesso em: 19 out. 2023
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BÍBLIA. **A Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1996.
- BYRNE, Paula. **A verdadeira Jane Austen: Uma biografia íntima**. Trad. Rodrigo Breunig. Porto Alegre, RS: L&P, 2018.
- CALADO, Luciana Eleonora de Freitas. **A Cidade das Damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan – Estudo e Tradução**. (2006). 368 f. (Tese de Doutorado). UFPB, Recife, 2006.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes; COSTA, Rafael Ferreira. **Mulheres intelectuais na idade média: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística**. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

- GOMES, Anderson Soares. “Mulheres, sociedade e Iluminismo: o surgimento de uma filosofia profeminista na Inglaterra do século XVIII”. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 18 n. 29, jul./dez. 2011.
- JONES, Vivien. “Prefácio”. In: AUSTEN, J. **Orgulho e Preconceito**. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- KIRKHAM, Margaret. **Jane Austen, Feminism and Fiction**. London & Atlantic Highland NJ: The Athlone Press, 1997.
- LEITE, Lucimara. **Christine de Pizan: uma resistência**. Lisboa: Chiado Editora, 2015.
- LERNER, Gerda. **A criação da Consciência Feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal**. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Ed. Cultrix, 2022.
- LERNER, Gerda. **A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.
- LOBO, Luiza. “Virginia Woolf – O romance e as mulheres”. In: LOBO, L. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade e A sujeição das mulheres**. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.
- PIZAN, Christine de. **A Cidade das Damas**. Trad. Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.
- REEF, Catherine. **Jane Austen: uma vida revelada**. Trad. Kátia Hanna. Barueri/SP: Novo Século Editora, 2014.
- STONE, Merlin. **Quando Deus era Mulher**. Trad. Angela Lobo de Andrade. São Paulo: Goya, 2022.
- TODD, Janet. **Jane Austen: Her Life, Her Times, Her Novels**. London: A. D. Book, 2013.
- TODD, Janet. **The Cambridge Introduction to Jane Austen**. Cambridge University Press UK, 2006.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini. “Uma escultura entalhada em marfim”. In: AUSTEN, J. **Orgulho e preconceito**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini. **A Formação do romance inglês: ensaios teóricos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. Trad. Ivânia Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.
- WOOLF, Virginia. “Mulheres e ficção”. In: **Mulheres e ficção**. Trad. Leonardo Fróes. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2019.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.